

Notificação ao Ministério Público

Processo: 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores na Associação Casa da Juventude

Vara: Vara de Família e Menores de Lisboa

Juiz: Dr. António Ribeiro

Requerente: João Silva, menor, representado por **Maria Silva**, residente em Rua das Flores, n.º 23, 1.º Dto., 1150-019 Lisboa, NIF 123 456 789.

Representantes Legais: Dr. Luís Costa (OA 12345) – advogado, com escritório na Av. da República, n.º 45, 1050-150 Lisboa; Dra. Sofia Almeida (OA 67890) – advogada, com escritório na Rua de São Bento, n.º 12, 1200-365 Lisboa.

Réus:

1. **Associação Casa da Juventude, Lda.**, pessoa coletiva n.º 504 321 987, sede em Rua da Juventude, n.º 10, 2.º Esq., 1200-300 Lisboa.

2. **Carlos Mendes**, cidadão, NIF 987 654 321, residente em Avenida da Liberdade, n.º 78, 3.º Esq., 1250-145 Lisboa.

I. Objetivo da Notificação

A presente notificação tem por finalidade informar o Ministério Público da **Denúncia de Crime Sexual de Menores** praticado, supostamente, entre os anos de 2015 e 2020 pela Associação Casa da Juventude, Lda., e pelo seu ex-diretor Carlos Mendes, e requerer a **instauração de investigação criminal** para apurar a responsabilidade penal dos denunciados, bem como a adoção de medidas de proteção ao menor João Silva.

II. Síntese dos Factos

Data/Período	Facto Alegado	Local	Pessoa(s) Envolvida(s)
2015 – 2020	Abuso sexual continuado de menores, incluindo atos de natureza sexual e atos libidinosos, praticados por Carlos Mendes, no exercício da sua função de diretor da Associação.	Instalações da Associação Casa da Juventude, Lda., Lisboa	Carlos Mendes (ex-diretor)
2015 – 2020	Falha grave na obrigação legal de vigilância e proteção dos menores frequentadores da Associação, atribuída à própria Associação Casa da Juventude, Lda.	Instalações da Associação Casa da Juventude, Lda., Lisboa	Associação Casa da Juventude, Lda.
12 de janeiro de 2024	Depoimento do menor João Silva, perante a Assistente Social da Vara de Família e Menores, relatando os abusos sofridos.	Tribunal da Família e Menores de Lisboa	João Silva (menor)

Data/Período	Facto Alegado	Local	Pessoa(s) Envolvida(s)
20 de fevereiro de 2024	Apresentação de relatório pericial psicossocial que confirma trauma psicológico compatível com abuso sexual prolongado.	Instituto de Psicologia Forense, Lisboa	Perito Dr. Miguel Santos

III. Fundamentação Jurídica

1. **Artigo 172.º, n.º 1, alínea d) do Código Penal** – tipifica como crime “a prática de atos libidinosos com menores de idade”.
2. **Artigo 173.º do Código Penal** – prevê pena agravada quando o crime é praticado por pessoa que exerce função de autoridade ou confiança sobre a vítima.
3. **Artigo 21.º da Lei n.º 147/99, de 30 de junho, que aprova a Lei da Proteção de Crianças e Jovens em Risco** – estabelece a obrigação de vigilância e proteção por parte de entidades que trabalham com menores.
4. **Artigo 55.º do Código de Processo Penal** – faculta ao Ministério Público a instauração de investigação criminal quando houver indícios de crime.

IV. Pedidos

Face ao exposto, requer-se ao Ministério Público:

1. **A instauração de inquérito criminal** nos termos do artigo 55.º do CPP, com a prática de todas as diligências necessárias à identificação e responsabilização penal da Associação Casa da Juventude, Lda., e de Carlos Mendes.
2. **A oitiva do menor João Silva**, nos termos do artigo 166.º do CPP, garantindo a sua proteção e a presença de um assistente de menores durante o depoimento.
3. **A designação de peritos** (psicólogos forenses, peritos médicos e técnicos de segurança) para a produção de provas periciais complementares ao relatório já juntado.
4. **A aplicação de medidas de proteção** ao menor, nomeadamente a sua colocação em programa de acolhimento temporário, nos termos do artigo 131.º do CPP e do artigo 84.º do Código de Processo Civil, até ao término da investigação.
5. **A comunicação imediata ao Conselho Nacional de Proteção de Crianças e Jovens (CNPCJ)** acerca da situação, para fins de coordenação de políticas de proteção.

V. Documentos Anexos

Nº	Descrição	Data
1	Petição Inicial (Processo n.º 2023/04567)	15 de março de 2024

Nº	Descrição	Data
2	Declaração da Assistente Social da Vara de Família e Menores	12 de janeiro de 2024
3	Relatório Pericial Psicossocial – Dr. Miguel Santos	20 de fevereiro de 2024
4	Cópia do NIF da Associação Casa da Juventude, Lda.	10 de março de 2024
5	Cópia da Identificação de Carlos Mendes	10 de março de 2024

VI. Conclusão

Em razão da gravidade dos factos alegados, da vulnerabilidade do menor João Silva e da evidente violação das normas penais e de proteção de menores, **solicitamos a pronta e eficaz intervenção do Ministério Público**, com a abertura de inquérito criminal e a adoção das medidas de tutela necessárias à salvaguarda dos direitos e da dignidade da vítima.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

Maria Silva

(Representada por Dr. Luís Costa – OAB 12345)

Dra. Sofia Almeida

(OAB 67890)

Endereço para Correspondência:

Rua das Flores, nº 23, 1.º Dto., 1150-019 Lisboa

Telefone: +351 21 123 4567

E-mail: maria.silva@email.pt

Cópia para:

- Ministério Público da Comarca de Lisboa – Secção de Crimes contra a Pessoa e a Família;
- Conselho Nacional de Proteção de Crianças e Jovens (CNPCJ);
- Tribunal da Família e Menores de Lisboa.